



A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA A FORMAÇÃO DE FUTUROS PROFESSORES: A VISÃO DE GRADUANDOS DE LICENCIATURAS EM QUÍMICA E CIÊNCIAS BIOLÓGICAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Washington Antonio Pereira de França¹; Ione de Almeida Querino²; Ana Cristina Silva Daxenberger³

¹Graduando em Ciências Biológicas, Universidade Federal da Paraíba, Campus II.
washington.92p@hotmail.com

²Graduanda em Química, Universidade Federal da Paraíba, Campus II.
ionedealmeidaquerino@outlook.com

³Orientadora, Universidade Federal da Paraíba, Campus II.
ana.daxenberger@gmail.com

Resumo

A disciplina de Educação Especial se constitui como uma importante área de conhecimento para a promoção da inclusão social, principalmente em um país com uma enorme quantidade de “diferenças” sociais e culturais. Acreditando que a escola é um dos espaços mais importantes para fomentar as práticas de inclusão social e romper com a discriminação, entendemos que a formação do professor necessita de aspectos relacionados à educação especial para o melhor atendimento às necessidades educacionais especiais desta população brasileira. A pesquisa foi realizada com 29 alunos dos cursos de Licenciaturas em Química e Ciências Biológicas da Universidade Federal da Paraíba, Campus II (Areia-PB) que estão cursando a disciplina Educação Especial, a fim de analisar a importância dos conteúdos fundamentais da disciplina para a formação profissional e pessoal destes futuros professores, bem como, analisar o grau de preparação dos participantes para lidar com pessoas com necessidades educativas especiais. Após a análise dos dados, foi possível observar que os entrevistados consideram importantes os conceitos aprendidos em sala de aula, apontando também, que a disciplina deveria ser ofertada, mesmo que de forma optativa, aos cursos de bacharelado. Contudo, observamos também, que durante a formação básica dos alunos, poucos elementos da educação inclusiva são estudados, sendo que, a maioria dos alunos, tem contato com esta área apenas no ensino superior com a disciplina de educação especial; constata-se também que apenas 3% dos entrevistados se consideram preparados para lidar com alunos com deficiência antes de concluírem a referida disciplina.

Palavras-chave: Educação; Inclusão; Formação de Professores; Direitos Humanos.



Introdução

Ao longo da evolução da humanidade temos observado que a educação se caracteriza por ser um processo que define o grau de organização, bem como, a qualidade de convivência das pessoas em uma determinada localidade, refletindo em diversos aspectos como os sociais, políticos, culturais econômicos, entre outros.

Desta forma, como podemos observar em ROGALSKI (2010) a educação seria o principal meio de socialização, ou seja, a educação pode propiciar o convívio de qualidade entre seus integrantes: “viabilizando a integração do indivíduo com o meio” (ROGALSKI, 2010, p.3).

Contudo, como podemos observar na declaração de SALAMANCA (1994), a educação com a qualidade necessária, requer a dinamização da escola, não somente enquanto estrutura física, como também nas relações que estão intrinsecamente ligadas a ela. Para isso, é necessário que existam políticas públicas que levem a população a uma sensibilização com o intuito da aceitação das diferenças dentro e fora da escola.

Neste sentido, um importante paradigma vem a tona que é o princípio da inclusão. Este paradigma foi, incipientemente, iniciado com a Conferência na cidade de Salamanca, Espanha em 1994, a qual teve como resultado a Declaração de Salamanca. Este documento foi fruto da luta dos movimentos sociais que defendiam a necessidade do aprofundamento e multiplicação das discussões sobre as deficiências e necessidades educacionais especiais, com o objetivo de avaliar as práticas da sociedade, que geralmente são excludentes ou segregadoras. Assim observarmos na declaração de Salamanca (1994, p. 8-9):

[...] as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar [...] elas constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos.

Diante a esta necessidade de incluir todas as pessoas, sejam elas com ou sem deficiências e/ou necessidades educacionais especiais, a Declaração de Salamanca (1994, p. 6) vem trazendo a necessidade das escolas se:



[...] ajustar a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. Neste conceito, terão de incluir-se crianças com deficiência ou sobredotados, crianças da rua ou crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais.

Neste contexto, a principal lei que rege a educação, no Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9.394/96) aborda algumas questões específicas da inclusão social, que devem ser abordadas na escola. Dentre estas questões, temos a educação especial, que conforme o Artigo 58º da Lei 9.394/96 é entendida por:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

A importância da educação especial é vista, principalmente, no papel da escola em ser um mecanismo inclusivo, palco das discussões acerca dos temas sociais. Como aponta ARANHA (2000, p.2):

[...] a escola é um local indicado para que esta discussão ocorra, pois é uma instituição social que se ocupa da educação formal de crianças e aqueles que não estão na escola perdem o status social de “criança normal”.

De acordo com GUASSELLI (2012) a evolução das ações na área da educação especial nos últimos anos tem apresentado um crescimento significativo, quando avaliamos o número de municípios que registram o aumento de matrículas de crianças e jovens deficientes e/ou com alguma necessidade educacional especial, além da transformação da estrutura física das escolas.

Outro ponto importante a ser debatido é em relação à formação dos professores na área da educação especial, com o objetivo principal de fazer com que os alunos com deficiência, ou com alguma necessidade educacional especial, consigam se matricular e estudar com rendimento satisfatório em escolas regulares, mesmo que seja necessário o acompanhamento especializado posteriormente.

Porém, nem sempre encontramos professores preparados para lidar com as necessidades dos alunos, o que faz com que eles acabem sendo encaminhados para instituições especializadas, como por exemplo, a APAE (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais). É necessário que os professores melhorem suas práticas pedagógicas,

refletindo sobre estas, fazendo um planejamento sobre as ações a serem desenvolvidas para a promoção de equidade de condições.

É diante a isto, que este artigo teve como objetivo principal fazer uma análise da importância da disciplina de educação especial para os alunos dos cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e em Química do Centro de Ciências Agrárias (CCA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tanto em sua formação discente como também em sua formação pessoal para o convívio em uma sociedade inclusiva. Entendemos que isto se faz necessário, pois estes alunos, em um curto espaço de tempo, estarão inseridos nas escolas, e possivelmente podendo se deparar com algum aluno com necessidades educacionais especiais.

Metodologia

A pesquisa foi realizada durante o mês de agosto do ano de 2016, e se constitui em uma abordagem qualiquantitativa. Como participantes da pesquisa, tivemos 18 alunos do curso de Licenciatura em Ciências Biológica e 11 alunos do curso de Licenciatura em Química e que estão cursando a disciplina “Educação Especial”, obrigatória na grade curricular dos cursos de Licenciatura da UFPB.

Para a obtenção dos dados foi aplicado um questionário semiestruturado contendo 10 questões, com o objetivo de identificar a importância dos conteúdos discutidos durante a disciplina de Educação Especial na formação dos discentes dos referidos cursos, que serão futuros professores, além de analisar como estes futuros docentes se encontram diante a dificuldade atual em se construir e solidificar uma sociedade inclusiva.

Para a construção da discussão, os dados obtidos com os questionários foram organizados em temáticas de estudos, os quais apresentamos abaixo.

Resultados e Discussão

Um dos primeiros dados obtidos nesta pesquisa foi em relação à importância da disciplina de Educação Especial, na formação profissional dos estudantes, tanto do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas quanto aos de Licenciatura em Química. A maioria dos



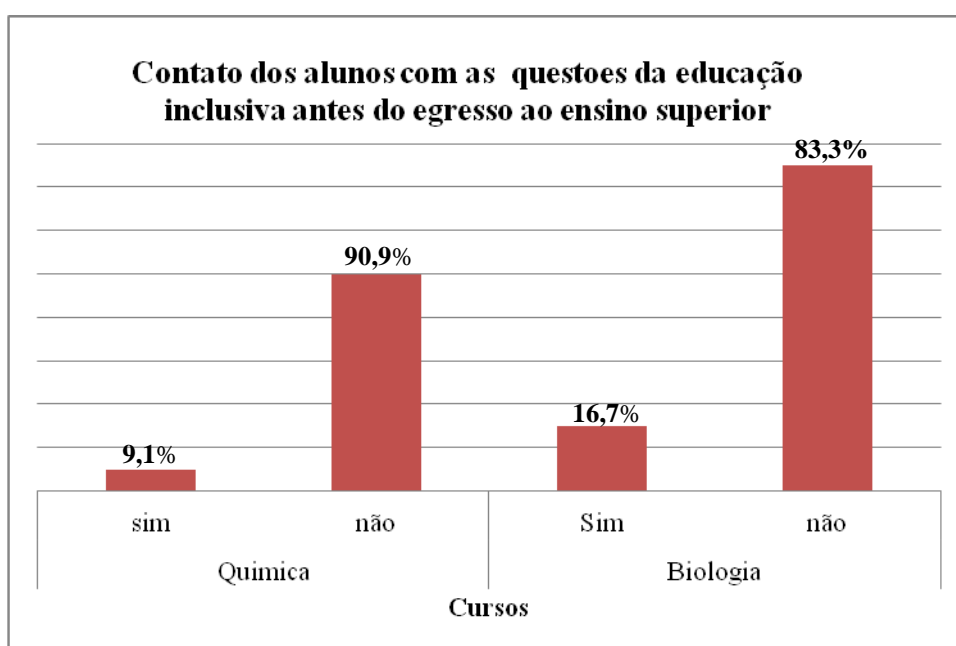
participantes (29 alunos) confirmaram a importância dos conteúdos discutidos em sala para a sua carreira.

Esta afirmação foi comprovada no momento em que estes participantes da pesquisa foram questionados se eles se matriculariam na disciplina caso a mesma, fosse ofertada apenas como optativa (não obrigatória na grade curricular). Para este questionamento 96,5% afirmaram que sim, cursariam a disciplina mesmo que ela não fosse um elemento obrigatório na matriz curricular de seus respectivos cursos.

Um fator preocupante identificado durante a pesquisa foi em relação à falta de conhecimento dos entrevistados em relação aos elementos básicos da educação inclusiva, ou seja, o conhecimento prévio sobre pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais que os alunos trazem antes de ingressar ao ensino superior, mais especificamente aos que cursam a disciplina de educação especial.

Conforme observamos no gráfico a seguir (Gráfico 1), verificamos que a maioria dos entrevistados (86,2%) disseram nunca ter tido contato com assuntos relacionados à educação especial durante o ensino básico, ou em outros momentos de sua vida.

Gráfico 1. Percentagem de entrevistados que tiveram contato com elementos da educação inclusiva durante a sua formação no ensino básico.



Fonte: Autores da pesquisa.



Isto reflete diretamente na formação dos professores, pois, diante a ausência de uma formação suficiente OLIVEIRA *et al* (2012) aponta que os futuros e atuais docentes e demais profissionais sentem-se inseguros diante a uma possível possibilidade de ter que lidar com um aluno com necessidades educacionais especiais. Neste contexto, entendemos a grande importância da disciplina educação especial, por ter em sua ementa o foco explícito de se abordar os conteúdos sobre inclusão social e as necessidades educacionais especiais.

Assim encontra-se a ementa da disciplina no Projeto Político dos Cursos:

“Perspectivas histórica, social e psicológica da educação especial. Aspectos Legais e teóricos da educação especial. Caracterização das necessidades educativas especiais. Modalidades e níveis de atendimento educacional às pessoas portadoras de necessidades especiais. Tecnologias Assistivas e Adaptativas. Currículo e inclusão escolar: adaptações curriculares. Avanços tecnológicos na educação especial” (UFPB, PPC, 2005).

Este fato apontando na pesquisa de OLIVEIRA *et al* (2012), trazendo a necessidade da formação na área, é acrescentado em nossa pesquisa, a qual todos os entrevistados apontaram a importância da disciplina educação especial na matriz curricular de todos os cursos e não somente para as licenciaturas. Assim os graduandos se expressaram:

“Com certeza (é importante para os bacharéis)! Pois é de importância de todos da sociedade e todos os cursos no caso do bacharel que trabalhará em empresas será um conhecimento válido, já que, algumas empresas são obrigadas por lei a receber e disponibilizar vagas para deficientes” (Aluno A, Ciências Biológicas).

“A educação especial consegue fazer uma mudança no pensamento científico e também no pensamento intelectual. O discente passa a ter uma visão diferenciada para determinadas situações, quem antes passava por despercebido. Nos faz ser pessoas “humanizadas”. Sendo assim, licenciatura e bacharel deveriam estudar esta disciplina”. (Aluno D, Química).

De acordo com as falas é importante destacar que não somente os professores, ou os profissionais da educação devem ter esta formação. Se analisarmos o que diz MANTOAN (2003, p.3): “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”, neste sentido, a educação inclusiva tem como objetivo principal promover a inclusão das pessoas com e as sem deficiências e nas diferentes áreas da sociedade.

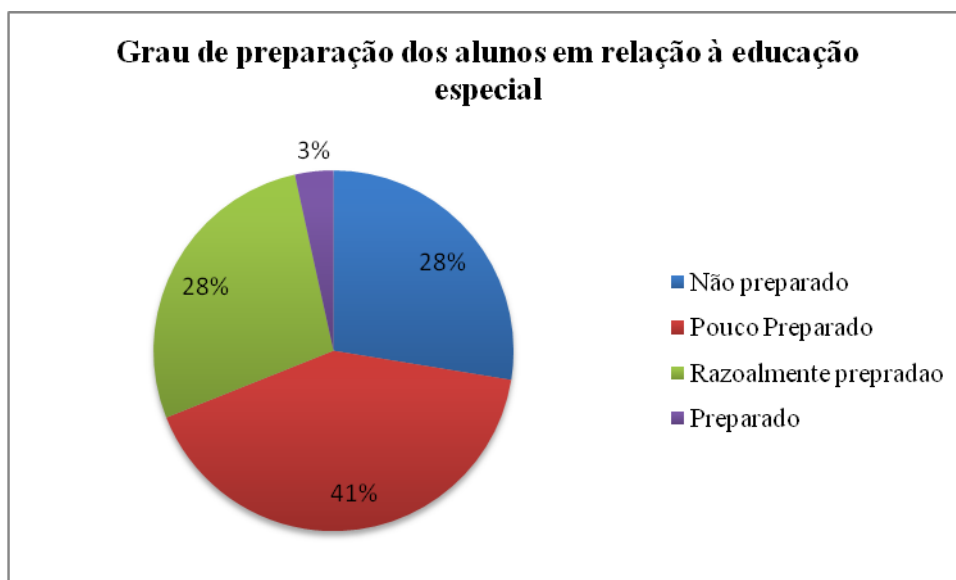


Sendo assim, entendemos que a necessidade de incluir a disciplina na formação de todos os profissionais poderia favorecer o reconhecimento da diversidade humana e o respeito às diferenças, o que em nosso entendimento, poderia facilitar no fortalecimento da construção da sociedade inclusiva.

Entendemos por sociedade inclusiva, aquele que procura se adequar para atender a todos os membros da sociedade em diferentes segmentos, para que este possa exercer com qualidade de vidas o exercício da cidadania (SASSAKI, 2001; STIANBACK & STAINBACK, 2001; MANTOAN, 2003).

Outra abordagem feita na pesquisa foi em relação à identificação do nível de preparação dos entrevistados e futuros professores para trabalhar com os alunos com deficiência e/ou com necessidades educacionais especiais, até o presente momento da disciplina que encontrava-se em curso. Conforme o gráfico abaixo (Gráfico 2): 28% não se sentem preparados, 41% se sentem pouco preparado; 28% razoavelmente preparados e, somente, 3% se sentem preparados.

Gráfico 2. Divisão em relação ao grau de preparação dos entrevistados para lidar com as necessidades educacionais especiais durante o curso da disciplina.



Fonte: Autores da pesquisa.



Ao constatarmos que apenas 3% dos alunos se consideram preparados identificamos novamente a necessidade da disciplina na formação do futuro professor, uma vez que muitos os participantes não tiveram contato e/ou experiências ao longo da vida sobre deficiências e/ou necessidades educacionais especiais e a grande maioria não se sente preparado para atuar teórico-metodológico sobre a temática, dentro do ambiente escolar.

Como aponta SILVA *et al* (2009), o ambiente escolar necessita estar pronto para lidar com a diversidade no processo de educação, pois existem uma gama de relações sociais e culturais neste ambiente que precisam ser trabalhados. Segundo dados do IBGE (2009), no Brasil, são cerca de 25 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência, ou seja, é necessária a promoção das ações propositivas para a inclusão destas pessoas na sociedade, de modo que elas possam exercer sua cidadania enquanto sujeitos de direitos.

Desta forma é importante que os professores tanto da rede básica, quanto da rede superior, estejam preparados para saber lidar com os alunos com deficiência ou com necessidades educacionais especiais, provendo uma educação inclusiva. Neste sentido todos os entrevistados indicaram a importância da formação dos professores nesta temática, conforme a citação:

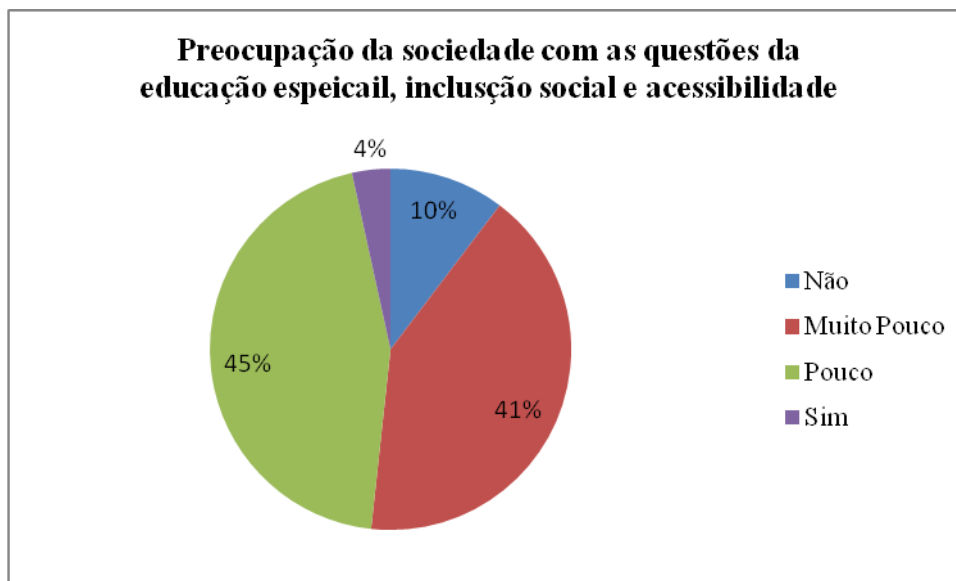
“Todos somos iguais perante a Lei, mas infelizmente, a realidade é um pouco distante, as maiorias das escolas não estão preparadas para atender as pessoas com deficiências” (Aluno F, Química).

Realmente algumas dificuldades para o processo de implantação de uma escola inclusiva são encontradas, conforme aponta POKER (2007) que vão desde o diagnóstico às vezes difícil sobre o nível de necessidade educacional especial de cada pessoa, até o despreparo dos professores e estrutura escolar para lidar com estes sujeitos.

Além destes pontos, identificamos outro fator que vem a colaborar para a insuficiência da educação inclusiva, que se trata do desinteresse da população em relação à inclusão. Para grande parte dos entrevistados (86%) a população se preocupa pouco ou muito pouco com as questões da inclusão social e a acessibilidade conforme os dados do gráfico (Gráfico 3). Fato este, que também traz relações com a importância da inclusão para toda a sociedade, já discutido anteriormente.



Gráfico 3. Classificação do grau de preocupação da sociedade com a inclusão social de acordo com a visão dos entrevistados.



Fonte: Autores da pesquisa.

Por isso é importante o investimento na formação de todos os profissionais na área de educação especial, para que a partir dos estudos sobre os fundamentos filosóficos e éticos para a construção de uma sociedade, possam fomentar práticas de inclusão social e que os indivíduos possam construir valores sociais e culturais que reconheçam a diversidade humana como atributo a nossa formação humana.

Podemos encontrar em nossa sociedade diversas legislações que garantam o direito de igualdade de condições. Contudo, é necessária a formação das pessoas envolvidas nestes processos sejam professores ou não. Além de garantir os direitos em Lei, é importante que as mesmas sejam materializadas, para o incentivo da igualdade de condições. Neste sentido, além da oferta de oportunidades para aprender sobre o tema, é necessário que as pessoas tenham interesse em conviver em uma sociedade justa e inclusiva e busquem o reconhecimento dos direitos de todos os membros da sociedade.

Considerações Finais

Podemos concluir que a disciplina de educação especial é um elemento de importância relevante para os cursos de Licenciatura em Química e Ciências Biológicas, visto que, com o contato com os conteúdos da disciplina, os alunos que serão futuros professores, conseguem ter certa noção de quais adaptações podem ser feitas tanto na estrutura escolar, quanto nos recursos pedagógicos para que os alunos com necessidades especiais possam ser atendidos conforme suas necessidades na escola regular. Porém vale destacar, que a educação especial, caracteriza-se com um importante elemento social que necessita ser estendido para toda a sociedade. Desta forma, a pesquisa revela que seria necessário que os cursos de bacharelado pudessem ter a oportunidade de ter o contato com a disciplina, mesmo que fosse de forma optativa, pois como bem diz o conceito: a inclusão é para todos, desta forma, uma maior parcela da população poderia ter o contato com os princípios de uma sociedade inclusiva, possibilitando uma maior chance de equidade de condições.

Referências

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Inclusão Social e Municipalização**. In: Eduardo José Manzini (Org.). Educação Especial: temas atuais. 1ª Edição. Marília: Unesp Marília Publicações, p. 1- 10, 2000.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996)**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental**. Secretaria de Educação Especial. Brasília, MEC/ SEF/SEESP, 1998.

GUASSELLI, M. F.R. **Formação de professores para educação especial: fronteiras entre a produção do ensino/pesquisa e a prática na educação básica**. IX ANPED SUL, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados Sobre o Censo**. 2009.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

OLIVEIRA, E.S; SILVA, T.P; PADILHA, M.A.O; BOMFIM, R.S. **Inclusão social: Professores preparados ou não?**. Contribuição do Leitor Revista Eletrônica, v.12, 2012.



POKER, R.B. **Dificuldades de aprendizagem e educação inclusiva.** APRENDER - Cad. de Filosofia e Psic. da Educação Vitória da Conquista Ano V n. 9 p. 169-180, 2007.

ROGALSKI , S. M. **Histórico do surgimento da educação especial.** Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai – IDEAU, 2010.

SALAMANCA. **DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: sobre Princípios, Política e Práticas em Educação Especial.** Espanha, 1994.

SASSAKI. **Inclusão: construindo uma sociedade inclusiva,** Rio de Janeiro: WVA, 2001.
STAINBACK & STAINBACK, **Inclusão.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

SILVA, J; TAVARES, H.M. **A atuação pedagógica docente na inclusão de crianças com deficiência no ensino fundamental.** Revista da Católica, Uberlândia, v. 1, n. 1, p.



